



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 150593 - MG (2021/0226244-6)

RELATOR : **MINISTRO FELIX FISCHER**
RECORRENTE : RODRIGO TAVARES MARTINS (PRESO)
ADVOGADOS : STEPHANO MOREIRA ALVES - MG181854
FRANCIELLY CORDEIRO LOPES - MG194895
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
CORRÉU : RAFAEL ALVES DE AZEVEDO
CORRÉU : ANA CLAUDIA PEREIRA DA SILVA
CORRÉU : KAIO CESAR ALVES CORDEIRO
CORRÉU : ADRIANA CORDEIRO COSTA
CORRÉU : MARIA DO CARMO ALVES AZEVEDO
CORRÉU : SAMUEL AMARAL CORREIA
CORRÉU : RONIELTON MARCOS MENDES DOS SANTOS
CORRÉU : LUCAS PEREIRA DE JESUS
CORRÉU : MAXUEL RODRIGUES LIMA BARBOSA
CORRÉU : MATEUS DA SILVA OLIVEIRA
CORRÉU : PAULO ROBERTO MOREIRA SILVA
CORRÉU : LUIZ FELIPE VIEIRA BATISTA
CORRÉU : PAULO LEANDRO COSTA FERNANDES
CORRÉU : DANIEL PARANHOS SANTOS
CORRÉU : LEANDRO GONCALVES DOS SANTOS
CORRÉU : CLEITON ALTIES CORDEIRO DE OLIVEIRA
CORRÉU : NATALIA MARCOS DOS SANTOS
CORRÉU : EDIONE NUNES DE SOUZA
CORRÉU : ADALBERTO FERREIRA DAS NEVES
CORRÉU : CARLOS FERNANDES DE CARVALHO
CORRÉU : ANTONIA CLARA LOPES DA COSTA
CORRÉU : LEIDIANE MOREIRA MENDES
CORRÉU : VANDERLEI SOARES DOS SANTOS
CORRÉU : ADEMILTON BARBOSA DE OLIVEIRA
CORRÉU : FLAVIO RODRIGUES GODINHO
CORRÉU : ANILTON DE ARAUJO SILVA JUNIOR
CORRÉU : PAULO VENANCIO FERREIRA DOS SANTOS
CORRÉU : LUCAS DE SOUSA MEIRA
CORRÉU : BRUNO HENRIQUE MIGUEL MENDES

DECISÃO

Trata-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por RODRIGO TAVARES MARTINS contra decisão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (HC n. 1.0000.21.104774-1/000).

O recorrente foi preso preventivamente e denunciado pela suposta prática dos delitos previstos nos arts. 33 e 35 da Lei n. 11.343/2006 e no art. 2º, § 2º, da Lei n. 12.850/2013.

Sustenta que não estariam presentes os requisitos necessários para a decretação da custódia cautelar, previstos no art. 312 do Código de Processo Penal.

Aduz que o decreto constritivo careceria de fundamentação idônea e contemporaneidade, pois os supostos fatos que lhe são imputados não seriam novos e atuais, sendo que a última interceptação telefônica teria sido realizada em junho de 2019.

Afirma que haveria excesso de prazo inaceitável quanto a comunicação do cumprimento do mandado de prisão e da ausência de audiência, o que tornaria a prisão ilegal.

Alega que é primário, possui bons antecedentes, residência fixa e trabalho lícito, predicados que lhe permitiriam responder ao processo em liberdade.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão de liberdade provisória.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Extraí-se da decisão impugnada:

EMENTA: HABEAS CORPUS –ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA, TRÁFICO DE DROGAS E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO –AUSÊNCIA DE AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA E EXCESSO DE PRAZO PARA COMUNICAÇÃO DA PRISÃO –ALEGAÇÃO SUPERADA. NEGATIVA DE ACESSO AOS AUTOS. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO. REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA –RISCO DE PERIGO GERADO PELO ESTADO DE LIBERDADE DO PACIENTE. REITERAÇÃO DELITIVA E GRAVIDADE CONCRETA DOS FATOS. AUSÊNCIA DE CONTEMPORANEIDADE NO DECRETO DA MEDIDA EXTREMA –INOCORRÊNCIA. ORDEM DENEGADA.1. Tendo o juízo primevo tomado conhecimento do cumprimento do mandado de prisão expedido em desfavor do paciente, bem como realizado audiência de custódia, restam superadas as alegações defensivas.2. Não tendo a parte impetrante logrado êxito em comprovar suas alegações e inexistindo nos autos qualquer ilegalidade a ser sanada pela via do presente writ,não há que se falar em relaxamento da custódia cautelar. 3. A decisão que decreta a prisão preventiva, para resguardo da ordem pública, não consubstancia constrangimento ilegal, quando embasada em atos e comportamentos concretos do imputado e do risco de perigo gerado pela liberdade deste, especialmente quando constatado, em uma análise apriorística, indícios suficientes de seu envolvimento com a atividade criminosa. 4. Havendo indícios de permanência na condutada imputada ao acusado, não há que se falar em ausência de contemporaneidade no decreto da medida constritiva.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, **indefiro o pedido de liminar.**

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI
Vice-Presidente, no exercício da Presidência